

A educação vista como uma estrutura democrática participada

MOVIMENTO DA ESCOLA MODERNA

O Movimento da Escola Moderna (MEM) assinala em 2005 quarenta anos de actividade. Fundado num período adverso ao surgimento de movimentos pedagógicos renovadores, o MEM orientou o seu percurso por valores como a democracia participada, a educação inclusiva e a auto-formação cooperada, princípios que ainda hoje mantém como linhas orientadoras da sua estratégia. As ideias do seu precursor, Sérgio Niza, nunca foram bem recebidas pelo antigo regime, o que lhe valeu, desde cedo, a exclusão do sistema educativo oficial.

Professor primário de formação, Sérgio Niza é actualmente professor do Instituto Superior de Psicologia Aplicada e membro do Conselho Científico Pedagógico da Formação Contínua de Professores. Nesta entrevista, explica-nos de que forma deu início ao Movimento da Escola Moderna, quais os princípios que orientam o seu trabalho e que papel podem desempenhar hoje no contexto do sistema educativo português.

O que é o Movimento da Escola Moderna?

Este movimento pedagógico tem centrado a sua actividade na formação continuada dos profissionais que o integram, através de estruturas de autoformação cooperada, pela interacção entre professores de todos os graus de ensino com outros profissionais da educação e em parceria com associações pedagógicas e instituições universitárias. É a partir desse esforço de formação permanente e cooperada, sua finalidade primeira, que o MEM vem apoiando a transformação das práticas escolares dos seus associados, fazendo evoluir o trabalho pedagógico que iniciou em 1965, cerca de dez anos antes da sua formalização jurídica.

Nas últimas décadas tem transferido a sua actividade de reflexão e teorização da prática, para a construção de um modelo de acção pedagógica por oposição ao método simultâneo do século XVII ainda generalizado nas escolas e que as tem transformado em desertos culturais de vida inautêntica.

Em que contexto surge o MEM?

O MEM surge a partir da actividade de seis professores que se constituíram em Fevereiro de 1965 num Grupo de Trabalho de

Promoção Pedagógica no Sindicato Nacional de Professores, impulsionado pelos cursos de aperfeiçoamento profissional de professores que Rui Grácio promoveu e dirigiu. Esse grupo inicial analisava e reflectia sobre as suas práticas de ensino a partir de relatos apoiados nos trabalhos dos alunos, alternando com a leitura e debate de textos promotores do seu desenvolvimento teórico, bem como da produção de instrumentos auxiliares do trabalho pedagógico.

Estes três objectivos de formação e de construção da profissão foram os adoptados pelo MEM quando, no ano seguinte, Rosalina Gomes de Almeida e eu próprio assumimos, estrategicamente, no Congresso francês da Escola Moderna em Perpignan a responsabilidade de integrarmos, com a discrição requerida pela vida sob a ditadura, a Federação Internacional dos Movimentos de Escola Moderna (FIMEM) para apoio ao projecto que havíamos empreendido e a que se associou a experiência dos professores do Centro Infantil Helen Keller, a que ambos pertencíamos e onde se utilizavam já as técnicas Freinet.

Nos anos oitenta, o MEM reorientou o seu trabalho. Em que sentido?

Sim. O Movimento da Escola Moderna Portuguesa reorientou, desde os anos oitenta, o seu trabalho de formação cooperada e o respectivo modelo pedagógico de intervenção escolar para uma perspectiva comunicativa e sócio-cultural decorrente dos trabalhos de Vigotsky, deslocando-se, assim, dos esforços empreendidos nos primeiros tempos, com o apoio das técnicas Freinet, tendo abandonado, entretanto, a FIMEM.

A experiência acumulada nos tempos de resistência, durante a ditadura, constituiu um ensaio e um investimento pedagógico inestimáveis para o que pudemos vir a realizar ao longo das três últimas décadas. Ao anteciparmos a organização democrática do trabalho nas escolas, tornou-se mais determinante, no regime político-democrático após Abril de 74, fazer avançar uma alternativa de socialização democrática dos estudantes como sustentáculo do trabalho do currículo nas turmas, entendidas por nós como comunidades democráticas de aprendizagem.

Quais são os seus princípios orientadores?

O MEM propõe-se construir através da acção dos professores que o integram a formação democrática e o desenvolvimento sócio-moral dos educandos com quem trabalham, assegurando a sua plena participação na gestão do currículo escolar.

Responsabilizam-se assim por colaborar com os professores no planeamento das actividades curriculares, na interajuda nas aprendizagens no decurso dos projectos de estudo e investigação e

participam na sua avaliação, a que se procede pela negociação cooperada dos juízos de apreciação e do controlo dos objectivos assumidos.

É pela vivência democrática – pondo à prova os valores humanos que sustentam a justiça, a reciprocidade e a solidariedade – que a organização do trabalho, e o exercício do poder partilhados virão a transformar os estudantes e os professores em cidadãos democratas, implicados numa organização em democracia directa.

Como se organiza esse trabalho?

As estruturas básicas desse viver democrático em comunidades de aprendizagem são as parcerias de estudantes, constituídas para trabalho cooperativo em projectos de estudo, de investigação ou de intervenção para a mudança material ou social, na escola ou na comunidade envolvente. O trabalho cooperativo implica a tomada de consciência de que cada um dos membros do grupo de cooperação só poderá alcançar os seus objectivos quando cada um dos outros tiverem alcançado os seus e que os objectivos de cada um convergem com os objectivos comuns em que se empenharam. Daqui decorre o forte sentido de interajuda dos alunos e dos professores na apropriação, fruição, utilização e partilha dos saberes e da cultura construídos na actividade escolar.

Mas a fonte alimentadora da ética democrática e da cooperação no trabalho é a comunicação – uma pedagogia da comunicação autêntica. Trata-se de uma contínua interlocução pela fala e pela escrita como condição para fazer circular e difundir os saberes e os produtos do trabalho por projectos, estabelecendo circuitos sistemáticos e alargados de informação e partilha. Restabelecem-se assim as condições sociais e éticas da investigação e promove-se o desenvolvimento humano que radica na interacção comunicativa.

A democracia participada aplicada à escola

Em que consiste o Modelo Pedagógico do MEM?

Referir-lhe-ei, sucintamente, que consideramos a organização como o factor mais determinante da formação na escola. Por isso criamos um envolvimento cultural motivador, coadjuvante das aprendizagens nos espaços da aula, dividindo-os em áreas de apoio ao trabalho com lugar para mapas de registo das actividades e roteiros de trabalho que vamos realizando, bem como dos planos curriculares colectivos ou dos planos individuais de trabalho, que servem para registo e monitoragem do que fomos fazendo e de como nos posicionamos em relação ao que se contratualizou no planeamento periódico a que procedemos em Conselho de Cooperação Educativa.

De que forma é trabalhado esse modelo no contexto escolar?

Utilizamos normalmente cinco dispositivos programáticos distribuídos por ciclos de tempo ao longo de uma unidade de gestão que se situa entre uma semana, para os níveis de monodocência, e de cerca de um mês para os geridos por professores de disciplinas.

Pode explicar-nos como se organizam esses cinco dispositivos programáticos?

Um tempo distribuído destina-se às tarefas do Conselho de Cooperação dos alunos com o professor respectivo. É nele que se gere cooperativamente o desenvolvimento dos programas curriculares e se negociam projectos e outras actividades culturais. É também em conselho que se planeia todo o trabalho e se avaliam percursos de aprendizagens sociais e cognitivas, a partir dos planos individuais de trabalho, dos registos colectivos de desenvolvimento ou dos diários de turma que dão conta das ocorrências significativas da história das relações humanas. O debate para clarificação das ocorrências, especialmente das negativas ou conflituais, dá lugar à proposta de normas de vida consensualizadas que passam a regular os comportamentos e dinâmicas do grupo.

Um outro tempo destina-se ao trabalho cooperativo nos projectos dos alunos, para estudo de temas curriculares, para resolução de problemas ou para a intervenção no meio físico ou social com o fim de produzir mudanças ou de elevar a qualidade de vida na escola ou na comunidade.

Associado ao anterior, existe um outro tempo destinado à comunicação do trabalho feito pelos alunos e partilha dos projectos concluídos. Nele se procede também à apresentação de questionários elaborados pelos apresentadores para avaliarem a compreensão e os efeitos das suas comunicações e poderem proceder, posteriormente, ao aprofundamento da informação junto dos colegas que não tenham compreendido adequadamente as mensagens.

O estudo autónomo do aluno é valorizado no âmbito desse programa...

Sim, há um tempo dedicado ao estudo autónomo na sala de aula onde se desenrolam dois tipos de actividade em simultâneo. Uma delas, como o nome indica, destina-se ao trabalho autonomamente realizado pelos alunos, seleccionado no plano individual de trabalho de entre as actividades de treino e de estudo dos conteúdos curriculares que o requeiram ou ainda das actividades de produção textual ou de leitura, por exemplo.

A outra actividade paralela ao estudo autónomo destina-se ao apoio directo do professor, por rotação, aos alunos que precisam de um ensino interactivo individualizado para ultrapassarem obstáculos de aprendizagem e garantirem assim um desenvolvimento educativo

mais eficaz. Trata-se de uma actividade fundamental de diferenciação pedagógica por parte do professor.

Um outro tempo ainda é o que o professor consagra ao trabalho de interacção colectiva com os alunos, isto é, com a sua participação activa, para recuperação, aprofundamento e construção compartilhada de conceitos ou para revisão e aperfeiçoamento de textos no âmbito de qualquer das áreas disciplinares. É o tempo igualmente privilegiado para proceder a orientações metodológicas, apresentação de informação particularmente complexa, com o apoio em suportes variados, ou para proceder a sínteses ou à construção de representações diagramáticas a partir de levantamentos de erros, inadequações ou obstáculos feitos a partir de ciclos de trabalho dos alunos.

Qual é hoje o âmbito de acção do MEM?

O MEM, empenhado na integração dos valores democráticos na vida das escolas, encontra-se hoje espalhado por todo o país, organizado em núcleos regionais.

Através dos seus núcleos, desenvolve anualmente um vasto plano de formação que se concretiza em acções sistemáticas como os Sábados Pedagógicos Mensais; os Grupos de Trabalho Cooperativo; as oficinas, estágios e projectos acreditados pelo Conselho Científico da Formação Contínua; os encontros nacionais de especialidade e de aprofundamento pedagógico e o congresso anual, realizado em Julho, com a participação de algumas centenas de professores de todos os níveis de ensino, para apresentação de relatos de práticas profissionais e reflexão sobre os grandes temas do ensino e da formação.

O modelo pedagógico do MEM e o seu sistema de formação cooperada de professores têm sido objecto de vários trabalhos de investigação, designadamente no âmbito de teses de doutoramento e de mestrado, em Portugal, em Espanha, em Inglaterra e nos Estados Unidos da América.

Como caracterizaria a importância actual do MEM no contexto educativo português?

Importaria sublinhar que volvidos quarenta anos de trabalho pedagógico a promover a cidadania democrática e a batermo-nos contra a exclusão das crianças e dos jovens das escolas a que têm direito, confiamos que a cultura e a vivência dos valores democráticos que promovemos nas escolas venham a desenvolver a democracia nas comunidades que integramos. Somos hoje um alargado movimento de intervenção e influência com que a sociedade portuguesa pode contar para a mudança da sua educação escolar.

Entrevista conduzida por **Ricardo Jorge Costa**